



Sindicato de Trabalhadores em Empresas Ferroviárias de Bauru, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso- Filiado à CUT - FNITST
 Rua Cussy Júnior, 3-40, centro - 17015-020 - Bauru/SP - Fone-fax (14) 3223-6642 - e-mail: sinferrobru@uol.com.br

Na Novoeste/ALL os trens não param.... de cair!



Os acidentes ferroviários se tornaram rotina nas malhas operadas pelas empresas que são controladas pela ALL, mesmo recebendo recursos generosos do governo federal, os investimentos não são realizados, o que faz aumentar o número de acidentes.

As ferrovias privatizadas, mesmo contando com todas as facilidades patrocinadas pelo governo, não cumpriram e nem cumprem as metas estabelecidas nos contratos de

concessão e arrendamento: não realizaram os investimentos necessários; não reduziram o número de acidentes; não aumentaram a capacidade de transporte; não conseguiram alterar o foco dos negócios que tem como prioridade atender corredores de exportações, transportando cargas a longas distâncias e de baixo valor agregado.

O que temos como resultado concreto da privatização são o aumento dos níveis de

sucateamento, acidentes, a fragmentação do sistema e o completo desordenamento do setor, gerando uma profunda deseconomia que aumenta o custo Brasil, existindo há muito tempo todas as condições técnicas e legais, para que seja decretada a caducidade dos contratos de concessão e arrendamento, conforme recomendou o Tribunal de Contas da União – TCU em 1998.

Em recente seminário realizado em Brasília organizado pela Frente Parlamentar em defesa das Ferrovias, apresentamos documento com a posição dos ferroviários sobre o assunto, onde também elencamos nossas reivindicações, e reafirmamos nossa posição de que o País necessita de um novo Plano Nacional de Viação, Transportes e Mobilidade, o que consideramos como condição imperativa para a decretação da Caducidade dos Contratos de concessão das Ferrovias, colocando-as sob administração especial da União, que deverá assumir suas responsabilidades de controle, planejamento, financiamento, gestão e operação, além de proceder a uma rigorosa auditoria no sistema para que a União seja ressarcida dos eventuais prejuízos provocados pelos operadores privados.

Desejamos a todos os ferroviários que este Natal seja o início da construção de um caminho de amor, alegria e de esperança, e que em 2.012 as conquistas sejam muitas para a classe trabalhadora.

Campanha Salarial 2011/2012

A participação exige de nós sair do comodismo, da alienação, da indiferença. Participar não é só estar presente. É estar agente!



Na Campanha Salarial deste ano o centro de nossa intervenção será o levar a categoria a participar ativamente da campanha. A participação deve ser entendida como uma caminhada que precisa ser feita para que as pessoas desenvolvam sua consciência crítica e adquiram poder. É exatamente neste ponto que os conflitos entre os interesses dos trabalhadores e dos patrões é inevitável.

É importante que a categoria tenha a compreensão que os patrões é que detém o poder. Organizam-se para mantê-lo dentro da empresa, pois ao não poder fazer diretamente, contratam os diretores, os gerentes, supervisores, a camarilha dos chefes. Contam ainda com alguns trabalhadores que se vendem voluntariamente a espera do recebimento de algumas migalhas, são os que são chamados de pelegos, e que

vivem pelos cantos dizendo: não adianta brigar, temos que aceitar as coisas como são etc...

Nossa reivindicações como melhores salários, redução das jornadas de trabalho, respeito aos repousos e folgas, fim das fraudes no apontamento das freqüências, melhores condições de saúde e trabalho, formas de trabalho descente, respeito ao direito de organização, fim do assédio moral, só poderão se alcançadas com nossa Participação, Mobilização, Organização, ingredientes fundamentais para exercermos a pressão.

Em 22/12, realizaremos a segunda reunião de negociação com a empresa em Bauru. Na pauta estarão em discussão as cláusulas salariais e de jornada de trabalho. O Sindicato fará todas as discussões e submeterá o resultado das negociações à categoria.

Assédio Moral no trabalho é crime

Os ferroviários da via permanente de Ribas do Rio Pardo/MS, reclamaram junto ao Sindicato das posturas do supervisor Edilson, que trata os trabalhadores de forma desrespeitosa, tem o hábito de ameaçar, inclusive não respeitando a inviolabilidade do lar. Isso é Assédio Moral.

A direção da Novoeste/ALL tem pleno conhecimento que assédio moral ou violência moral no trabalho é crime, portanto, é responsável direta por esta violência quando praticada por um preposto.

A atitude deste supervisor e de outros gerentes e diretores da Novoeste/ALL provoca a exposição dos trabalhadores e trabalhadoras a situações humilhantes e constrangedoras, repetitivas e prolongadas durante a jornada de trabalho e no exercício de suas funções. São condutas negativas, relações desumanas e aécticas de longa duração.

A humilhação repetitiva e de longa duração interfere na vida do trabalhador e trabalhadora de modo direto, comprometendo sua identidade, dignidade e relações afetivas e sociais, ocasionando graves danos à saúde física e mental*, que podem evoluir para a incapacidade laborativa, desemprego ou mesmo a morte, constituindo um risco invisível, porém concreto, nas relações e condições de trabalho.

O que estes chefetes precisam entender é que não ficarão impunes, e tão pouco a direção da empresa se os apoiar, pois como já ocorreram outras vezes, a empresa pode vir a ser condenada novamente na justiça. Contratar pessoas incompetentes, autoritárias, geralmente leva a um processo de acirramento de conflitos. É bom lembrar também, a frase cunhada pelo grande abolicionista e advogado Luiz Gama: “ Todo



“Escravo Que Mata o Seu Senhor, o Faz Em Legítima Defesa”.

Reivindicação Salarial e Organização de Carreiras

As assembléias aprovaram uma mínima organização de carreiras com os respectivos pisos salariais. Esta proposta estabelece valores que estão de acordo com o que é pago no mercado. Também recuperamos o poder de nossos salários e valorizamos o trabalho dos ferroviários que é especializado e deve ter

remuneração decente. Ao estabelecer esta reivindicação combinamos pisos salariais com uma organização mínima das carreiras e funções, abrindo a discussão para a empresa cumprir aquilo que já foi discutido e acordado, que é a implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários. Atualmente, a política salarial da empresa não reflete os níveis de

complexidade das funções, e os valores são muito baixos, obrigando a maioria a fazer jornadas excessivas para complementar a renda com horas extraordinárias, que se revolve um problema imediato, causa uma série de danos à saúde dos companheiros.

Esta reivindicação vai exigir um duro combate da categoria.

Operadores de Produção de todas as especialidades

Junior: R\$ 950,00
Pleno: R\$ 1250,00
Sênior: R\$ 1500,00

Supervisores de todas as especialidades

Junior: R\$ 1250,00
Pleno: R\$ 1450,00
Sênior: R\$ 1650,00

Técnico de todas as especialidades

Junior: R\$ 1650,00
Pleno: R\$ 1950,00
Sênior: R\$ 2250,00

Operadores de Máquinas Especiais

Junior: R\$ 1350,00
Pleno: R\$ 1650,00
Sênior: R\$ 1950,00

Maquinistas e Condutores de Auto de Linha

Junior: R\$ 1550,00
Pleno: R\$ 1850,00
Sênior: R\$ 2150,00



Analistas de Gestão Empresarial

Junior: R\$ 2250,00
Pleno: R\$ 2650,00
Sênior: R\$ 2950,00

Reduzir as jornadas e garantir trabalho decente

Apresentamos em nossas reivindicações cláusulas que tratam da redução da jornada de trabalho. Pelas características das atividades dos ferroviários estamos pleiteando a jornadas de 36 e 40 horas semanais.

A conquista desta reivindicação trará um ganho social muito grande para a categoria. Além de preservar empregos e promover a criação de novos postos de trabalho.

Segundo levantamentos do Dieese, a diminuição jornada reduzirá o número de acidentes no trabalho, causados especialmente pela exaustão. Como imaginar que um maquinista pode manter sua sanidade ficando de 14 a 16 horas à disposição da empresa, ou mesmo um colega da via permanente que é obrigado a dobrar jornadas sem o devido repouso?

A redução das jornadas de trabalho também possibilita que o ferroviário tenha mais tempo para os estudos, qualificação profissional, convívio familiar, cultura, lazer e outras atividades sociais. Tudo isso, resulta em qualidade de vida e contribui diretamente para o desenvolvimento do país, já que o aumento do consumo e da produção faz com que a roda da economia continue a girar.

As jornadas extensas, intensas e imprevisíveis têm causado muitas doenças ao trabalhador (estresse, depressão,



hipertensão, distúrbios no sono e lesão por esforços repetitivos, por exemplo) e inúmeros acidentes, muitas vezes fatais. A medida, além de proporcionar melhorias nas condições de saúde e qualidade de vida, diminuirá o número de acidentes no trabalho e os gastos com a saúde do trabalhador.

A redução da jornada de trabalho sem redução de salários é uma das formas de os trabalhadores se apropriarem dos ganhos de produtividade, sendo um importante instrumento para a distribuição de renda. Essa melhor distribuição estimula o crescimento econômico, resulta em mais consumo, mais produção e combate o desemprego.

Não será uma conquista fácil, principalmente porque a Novoeste/ALL, tem como política de gestão a exploração ao limite máximo dos trabalhadores. Por isso é

Em defesa da Saúde e do SUS 100% Público

CUT protesta contra o novo texto que regulamenta a EC-29

A Direção Nacional da Central Única dos Trabalhadores protesta contra o novo texto que regulamenta a EC-29, aprovado no Senado Federal no dia 07 de dezembro 2011. O projeto aprovado é uma grande derrota para o financiamento público do Sistema Único de Saúde (SUS).

Diferente do projeto original - defendido e aprovado nas instâncias da CUT e da CNTSS/CUT desde 2000, e que incorporou os avanços do substitutivo do ex-senador Tião Viana em 2007, definindo os percentuais mínimos para investimento na saúde pública, ou seja: União 10% da Receita Corrente Bruta, escalonados em 8,5% para o primeiro ano, 9% para o segundo, 9,5% para o terceiro e 10% para o quarto ano; Estados 12% do seus impostos e Municípios 15% respectivamente, os Senadores da República, ao aprovarem o novo texto, retiraram R\$32,5 bi anuais da saúde ao definir que o financiamento da saúde pública seja o orçamento atual mais a variação do PIB.

A CUT, pela sua história de resistência e luta, se mantém na defesa do SUS universal, integral e equânime, como regem seus princípios, e vai envidar esforços para que a Presidenta Dilma vete o texto aprovado e



reenvie o texto original para a Câmara e Senado.

Resolução sobre as Organizações Sociais (OS)

A Central Única dos Trabalhadores é intransigente na defesa da valorização dos servidores/as e do serviço público, universal, gratuito e de qualidade. Por isso, defende o fortalecimento do controle social sobre os serviços públicos e se manifesta contra toda e qualquer tentativa ou prática de privatização e terceirização dos serviços públicos.

O governo FHC aprovou a lei 9637/98, que criou as Organizações Sociais (OSs) que representam um ataque aos serviços públicos, pois elas permitem a transferência completa desses serviços à iniciativa privada. Tal Lei incentivou não apenas o Governo Federal, mas principalmente os Governos Estaduais e Municipais a colocarem na mão da iniciativa privada, recursos financeiros do povo e a gestão de diversos serviços públicos, em especial, na área de educação, saúde e assistência social, precarizando os serviços, demitindo servidores/as e reduzindo as contratações do serviço público. Além de que, com as OS não há garantia da correta e efetiva aplicação dos recursos públicos em serviços públicos de qualidade.

A Direção Nacional da CUT reafirma a luta pela revogação lei 9637/98, deliberada na 13ª Plenária da nossa Central e conclama suas entidades sindicais, os movimentos populares, parlamentares e partidos comprometidos com a valorização do Serviço Público a se engajarem na luta contra a privatização e terceirização da gestão pública disfarçada de Organização Social.

Fora da Linha

Autuação por Monocondução

No dia 13 de dezembro, a ALL - Novoeste foi autuada pela prática de monocondução. O Ministério Público do Trabalho autuou e notificou o juiz responsável pelo processo para as providências cabíveis.

A Novoeste tem por hábito descumprir acordos, leis e sentenças, e sempre aposta na lentidão da justiça para suas práticas, pois se sente impune. Quando percebeu a

chegada do Fiscal do Trabalho em Bauru, rapidamente cancelou a partida do trem, certa que iria escapar da autuação, porém, o maquinista que foi obrigado a conduzir o trem em monocondução no dia anterior deu depoimento ao fiscal garantindo assim a autuação.

Terceirizar para enganar

A empresa Dalmo Heitor Ferreira & CIA. LTDA, "Terceiriza" os trabalhos de via

permanente nas pontes do trecho de Carandazal.

Segundo os trabalhadores a situação permanece tal qual estava no dia da autuação pelo MPT24ª, jornadas exaustivas, sem folga, e o pagamento das horas não é feito corretamente. A ALL aposta que toda essa situação vá para o judiciário onde, certamente não faltará dinheiro público para pagar as indenizações. (O sindicato prepara a execução do processo contra a terceirização que está no TST)